



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências

The gays in Brazilian's Civic-Military Dictatorship: resistances

Eduardo Alberto de Almeida¹

Resumo: O movimento guei era diferente nos anos 1970 e 1980. Já não é fácil assumir-se homossexual, travesti, transexual nos dias atuais, imagine então nos anos de Ditadura Civil-Militar; essa era uma tarefa para os bravos e destemidos, e, então, a preferência era pela vida nos guetos, na chamada subcultura, escondidos entre os seus, à uma ínfima distância da sociedade homofóbica que os esperava. Veremos ao longo do texto uma discussão sobre o contexto social onde esses sujeitos estavam inseridos, a criação do jornal Lampião da Esquina e a importância e atuação dele para com o nascente Movimento Guei, bem como a resistência destes sujeitos perante a repressão imposta pela sociedade e o governo neste período conturbado e violento. Através de uma síntese, entendermos um pedaço relegado da história.

Palavras-chaves: Movimento Guei; Ditadura Civil-Militar; Lampião da Esquina.

Abstract: The gay movement was different in the 1970s and 1980s. It is still not easy to come out as homosexual, travesti, transexual nowadays, imagine then during the years of the Civic-Military Dictatorship; this was a task for the brave and fearless, and, then, the preference was for life in the ghettos, in the so-called subculture, hidden among their own, at a very close distance from the homophobic society that awaited them. We will see throughout the text a discussion on the social context these subjects were inserted, the creation of the Lampião da Esquina newspaper and the importance and operation of it in the newborn Gay Movement, as well as the resistance of those individuals to the repression imposed by society and the government in this troubled and violent period. Through a synthesis, understanding a relegated piece of history.

Keywords: Gay Movement; Civic-Military Dictatorship; Lampião da Esquina.

Considerações iniciais

O movimento LGBTQ+ como conhecemos hoje era obviamente diferente nos anos 1970 e 1980. Começando pelas siglas e nomes do movimento: se introduz como *Movimento Guei*, passando a ser *GLS* em seguida, até que, com os debates sobre gênero e sexualidade dos anos 1990 e 2000, a sigla molda-se à forma que conhecemos hoje.

Neste trabalho será utilizada a terminologia Movimento Guei, correspondente ao tempo e uso pelas fontes históricas, deixando claro a compreensão da sigla e sua abrangência e

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História (UFSM), Mestrando em História (UFSM), bolsista CAPES.

importância nos dias atuais – o que não quer dizer que estamos anulando os outros sujeitos, mas sim utilizando a terminologia do período que, mesmo não sendo a melhor, abarcava todos os sujeitos considerados diferentes da normatividade heterossexual –. Escolhemos, também, a utilização do termo “*gay*” na sua tradução para o português, “*guei*”, terminologia do período e formato utilizado pelas fontes. O termo “homossexualismo” será utilizado pelas mesmas questões; em desuso hoje, o termo era considerado doença pela OMS – por isso o “ismo” – sendo atualizado pós anos 90, quando deixou a lista da OMS e ganhou a terminologia “homossexualidade”.

Vendo através das lentes da atualidade: já não é fácil assumir-se homossexual, lésbica, travesti, transexual nos dias atuais, imagine então nos anos de Ditadura Civil-Militar; essa era uma tarefa para os bravos e destemidos, e, então, a preferência era pela vida nos guetos, na chamada subcultura, escondidos entre os seus, à uma ínfima distância da sociedade homofóbica que os esperava. Longe de julgarmos ou considerarmos menos corajosos aqueles que escolhiam este caminho, afinal a compreensão dos sujeitos e suas ações é o ponto principal de qualquer pesquisa na área das humanas, porém ao analisar e pesquisar esse período nas publicações dos jornais e revistas gueis deste período encontramos o que eles julgavam ser a coisa mais importante para o período: o assumir-se e a saída dos guetos.

Veremos, ao decorrer, o contexto social onde esses sujeitos estavam inseridos, a criação do jornal “Lampião da Esquina” e a importância e atuação dele para com o nascente Movimento Guei, inicialmente surgindo com o “Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” e, em seguida, se expandindo por todo o Brasil, fazendo com que surgissem novos grupos e discussões. Visando tratar sobre os sujeitos gueis brasileiros deste período, contando suas lutas, resistências e as perseguições acometidas contra eles. Mesmo não se tratando de um tema original, e sendo uma pequena discussão sobre os gueis, este texto vem para tratar dos sujeitos gueis brasileiros durante a Ditadura Civil-Militar, através de uma discussão encontrada nas historiografias desse assunto e fontes históricas. Esse trabalho é o início das pesquisas que viemos desenvolvendo sobre os gueis brasileiros e suas resistências, trata-se de uma síntese em desenvolvimento, que ainda será aprofundada em trabalhos futuros.

Com a luta, os mesmos saem dos guetos, se assumem e buscam direitos civis, ainda que, em partes, as mesmas lutas dos primeiros passos do movimento guei nos anos de 1960 permaneçam hoje – na luta por seus direitos civis, como a adoção, casamento, doação de sangue e autonomia, sem o medo das diferenças. Mesmo alguns direitos segurados por lei correm o risco de terminar, como o nome social, a adoção a casais gueis e o casamento, coisa que

impulsiona os movimentos gueis do Brasil a continuarem suas lutas, mesmo que pela manutenção de direitos já conquistados.

Claro que o movimento guei não surgiu e teve sua expansão de forma isolada na sociedade, o período de surgimento dele foi em conjunto com os outros movimentos sociais do Brasil, como o movimento negro, feminista e de esquerda. Mas este trabalho vem para tratar especificamente do movimento guei brasileiro, apenas pontuando essa existência em conjunto com os movimentos sociais em geral.

A Ditadura Civil-Militar brasileira sempre pareceu ter medo dos gueis, considerando-os ameaça social. Era tradicional a prisão e perseguição aos homens que pareciam ou eram gueis e o fechamento de lugares, bares e boates de encontro deste público. Tudo isso motivado pelo medo, ódio e preconceito, justificado pela questão da subversão social. Percebemos isto ao interpretar as fontes e a forma com que a Ditadura agia para com os homossexuais, e seus discursos.

Segundo James Green (2006), no ano de 1972, o “Instituto Brasileiro de Pesquisa e Informações Parapsicológicas” realizou, em Belo Horizonte, o “I Simpósio de Debates” sobre o “Homossexualismo”. Participaram trinta pessoas, somente uma delas se assumindo homossexual. Este foi aconselhado pelo professor e psiquiatra Paulo Saraiva da UFMG, a realizar um tratamento por eletrochoque, além de tratamento psiquiátrico, o que não surtiu o efeito desejado; era a tentativa de *cura* da homossexualidade. Em seguida, foi realizado o tratamento denominado “aversivo”, onde o paciente recebe ondas elétricas prazerosas no encéfalo quando exposto a fotos de mulheres, e choques elétricos quando exposto a fotos de homens.

Tratamentos do tipo, para cura da homossexualidade, eram frequentes, bem como internações em hospitais psiquiátricos, como o “Hospital Colônia de Barbacena”. Obviamente tais tratamentos eram falhos e só ocasionavam traumas. Importante frisar que tais tratamentos ocorriam também com as mulheres, sendo costumeiras as internações e tratamentos para a chamada “histeria feminina”. Como foi dito por Daniela Arbex em seu livro “Holocausto Brasileiro”.

Existiram diversas bichas importantes no período, que serviram como exemplos de sujeitos/lutas. Uma delas, cabe mencionarmos aqui, é Madame Satã, também conhecida como João Francisco dos Santos. Sua importância manifesta-se na transformação do imaginário social que havia sobre os gueis no período, onde a imagem da bicha, no Brasil, era de passiva, frágil e afeminada, ao contrário de Madame Satã, que era viril e gostava de ser chamado no feminino, quebrando essa visão social.

Claro que tivemos outros homossexuais importantes, como Rogéria, Ney Matogrosso, Celso Curi, Darcy Penteado, e tantos outros cuja luta e visibilidade perante a sociedade trouxeram as pautas gueis ao grande público.

Enfim, até este momento, introduzimos um pouco sobre o assunto que pretendemos dissertar a fim de construir um pequeno contexto no qual nossos sujeitos gueis estavam vivendo e enfrentando. Seguimos agora nossas discussões acerca do tema deste trabalho, organizada em capítulos curtos com as discussões de contexto, a formação do jornal Lampião da Esquina, as contribuições sociais do jornal e, por fim, a conclusão.

O Inferno dos gueis brasileiros

Tudo começou quando Magalhães Pinto, neste período governador de Minas Gerais e um dos principais líderes civis que apoiaram e ajudaram na conspiração que culminou no Golpe de Estado de 1964, viveu certo ostracismo no primeiro governo ditatorial – talvez por esperar reconhecimento do movimento que apoiou –, ganhando reconhecimento apenas no governo Costa e Silva, quando foi nomeado ministro das Relações Exteriores.

Após o Ato Institucional de número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, Magalhães Pinto resolveu tirar proveito da nova legislação e do recrudescimento da Ditadura para realizar atos voltados aos seus ideais conservadores e iniciar uma caça aos homossexuais. Não que não fosse um “problema” para os conservadores antes de 1964 – a preocupação com a homossexualidade e a segurança nacional existem antes mesmo deste período –, e então autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero. Estes sujeitos eram considerados subversivos e perigosos para a segurança nacional, o que foi resgatado pós-AI 5.

A partir de 1969, vários representantes do Itamaraty no exterior foram demitidos por suspeitas de subversão, coisa que se traduziu em suspeitas de embriaguez, homossexualismo, prostituição, ou qualquer outro ato contrário do empregado pelo conservadorismo. As agências responsáveis pelas investigações de subversivos eram a Polícia Federal, SNI e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Magalhães Pinto criou uma comissão de investigações para encontrar os subversivos com suspeitas de homossexualidade e para isso designou Antônio Cândido de Câmara Canto como chefe da comissão de investigação. Essas investigações eram baseadas em exames médicos e psiquiátricos e denúncias de fora.

A homossexualidade era sempre ligada aos inimigos dos militares e civis conservadores; ela representava tudo o que eles desprezavam, afinal era contra a família tradicional brasileira e a moral e bons costumes. A esquerda era atribuída a homoafetividade também, embora a mesma fosse contrária e condenasse a prática, como no caso de Herbert Daniel, que veremos mais tarde.

Os intelectuais militares aproveitaram este contexto de perseguição e investigação, começado no Ministério do Exterior, e expandiram a perseguição para o restante dos órgãos federais e, em seguida, para toda a sociedade civil brasileira, declarando assim a “caça aos homossexuais brasileiros”.

Essas ações e medidas criaram duas situações bem visíveis na sociedade: o medo dos homossexuais de se assumirem e/ou viverem livremente, fechando-se nos guetos, e o medo dos militares e conservadores de que os homoeróticos pudessem destruir a sociedade, a ponto de as forças de segurança nacional prestarem atenção à ascendência do Movimento Guei como uma conspiração organizada internacionalmente para derrubada dos ditadores e instauração de um governo comunista. A moral e os bons costumes entraram no discurso conservador com tanta força que permanecem na sociedade até hoje.

O movimento guei buscava a normalização da identidade homossexual pública, o que aos olhos dos policiais seria um sinal garantido de maquinações comunistas. Este medo do movimento guei auxiliou a desestabilizar o governo e agiu como resistência à ditadura. Os jornais voltados ao público homossexual também auxiliaram na expansão, formação e coesão do movimento guei, o que fortaleceu e impulsionou suas ações. Esse ativismo seria uma ameaça à segurança nacional, e, por esse motivo, novamente, os gueis eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

A música e o teatro também tiveram sua influência. O grupo Dzi Croquettes e o cantor Ney Matogrosso contribuíram para a representação dos gueis na sociedade, pois os Dzi Croquettes

colocaram nos palcos brasileiros uma ambiguidade de virulência inédita entre nós. Em seus espetáculos, homens de bigode e barba apresentavam-se com vestes femininas e cílios postiços, usando meias de futebol com sapatos de salto alto e sutiãs em peitos peludos. Assim, nem homens nem mulheres, eles dançavam em cena e contavam piadas cheias de humor ambíguo, tentando furar o cerco repressivo desse período ditatorial em que a censura e a polícia se mobilizavam ao menor movimento que destoasse dos parâmetros permitidos. (TREVISAN, 2018, p. 273-274).

O grupo auxiliou a romper gênero e a concepção de homossexualidade na sociedade do período, mostrando sujeitos ambivalentes, diferente da crença da época, de que os gueis eram

todos afeminados e iguais as “mulheres”. O grupo fez sucesso, principalmente entre os jovens favoráveis às resistências contra a ditadura, da qual o grupo fazia parte ao confrontá-los.

Referente à Ney Matogrosso, precisamos salientar sua postura de afronta sexual perante a repressão imposta pela ditadura. Com seu rosto maquiado, peito nu, longas saias, voz feminina e danças afeminadas, o vocalista dos Secos e Molhados conquistou o país, surgindo na televisão e no rádio. O LP “Secos & Molhados”, disco de estreia do grupo,

tornou-se “o primeiro LP brasileiro de saída do armário”, um verdadeiro “manifesto homossexual”. Sem esquecer a abreviação (S&M) do nome do grupo, que remetia ambigualmente a uma estética sadomasoquista, o disco apresentava várias canções que se referiam implícita e explicitamente ao universo guei. (TREVISAN, 2018, p. 275).

Um exemplo de música do universo guei, marcante até então, foi a música “Vira”, onde “vira homem/vira lobisomem” faz referência à vida de muitos homossexuais do período: durante o dia viviam uma vida heterossexual, de aparências, e à noite abraçavam sua natureza e saíam para as boates e bares de socialização homoerótica. Ney Matogrosso se tornou uma figura importante de resistência aos homossexuais, muitas vezes citado pelos ativistas do período e até dos dias de hoje.

Existem diversos outros exemplos de homossexuais ativistas deste período, como o artista Darcy Penteado, que realizou em 1973 uma exposição com pinturas homoeróticas, ou artistas internacionais como o grupo *Village People* e os escritores Manuel Puig e Roger Peyrefitte, que possuem contribuições para com as lutas dos movimentos gueis de diversos países, incluindo o Brasil.

As medidas repressivas da ditadura a fim de acabar com os subversivos tiveram um efeito desanimador em relação a sociabilidade e vivências homossexuais. A polícia efetuava batidas frequentes em estabelecimentos suspeitos de servirem como lugares voltados para público guei. Os policiais abordavam as pessoas para conferir seus documentos, suspeitos eram presos e interrogados, tudo isso devido o clima de busca pelo inimigo do Estado.

Com o medo da repressão policial, homossexuais procuravam novos lugares para socializar, geralmente lugares noturnos. Boates, bares e cinemas foram criados para este público, além das saunas.

Nas boates e bares os homossexuais iam para dançar e conhecer parceiros, mas para encontros eróticos os lugares preferidos eram os cinemas. Importante frisar que, embora houvesse apoio dos donos e empregados, muitas vezes a polícia realizava batidas surpresas nestes locais e prendiam todos os que ali se enquadravam como subversivos.

O Primor, um antigo cinema de luxo no centro do Rio de Janeiro, era um local notório para encontros sexuais anônimos. Homens de todas as classes sociais, de *office-boys*

a executivos, aproveitavam os cantos escuros e os inúmeros assentos desocupados para transar, enquanto “nas escadas e balcões, transformados em passarelas travestis improvisavam *shows*”. Os proprietários, administradores e empregados desses cinemas, em geral, ignoravam tais atividades realizadas em seus estabelecimentos, uma vez que a clientela trazia um lucro significativo, especialmente para os lugares mais decadentes no centro do Rio e São Paulo. (GREEN, 2000, p. 401)

Outro grupo muito importante como resistência à moral e bons costumes, que deu a cara a tapa na promoção da revolução sexual e luta por direitos, foram as travestis. As dificuldades financeiras e, principalmente, a falta de emprego para homens afeminados, e a crescente procura por sexo pago, fizeram com que surgissem as travestis e os “michês”.

Muitas travestis que trabalhavam nas ruas usavam minissaias justas, blusas curtas, salto alto, meias arrastão e peruca detalhadamente colocada. As roupas preferíveis eram sempre provocantes, geralmente da moda feminina do momento. Elas adotavam nomes femininos e ingeriam ou injetavam hormônios femininos para desenvolver seios. Já os michês usavam roupas masculinas provocantes, geralmente descamisados ou com camisas abertas mostrando o peito e a barriga. Não eram procurados somente pelos homossexuais, mas também por mulheres heterossexuais.

Nem toda a travesti era prostituta, porém, como o imaginário social assimila; havia também as travestis artísticas, que realizavam performances nos bares homossexuais, geralmente de dança, dublagem e canto.

Mesmo não sendo crime ser prostituta, muitas travestis eram presas por vadiagem, perturbação da ordem pública ou prática de atos obscenos em público, a fim de realizar um controle das ruas.

As travestis detidas deviam provar que tinham emprego remunerado. Se não pudessem apresentar documentos devidamente assinados por alguma empresa, estabelecimento comercial ou qualquer empregador legítimo, tinham trinta dias para conseguir um emprego. Se fossem presos novamente sem ter preenchido esse requisito, ficavam sujeitos a três meses de prisão de acordo com o Código Penal, Artigo 59. As travestis que estivessem legalmente registradas e empregadas, mas ainda atuavam na prostituição em meio período, também poderiam ser acusadas de atentado ao pudor ou de perturbação da ordem pública. (GREEN, 2000, p. 404).

Essas legislações e formas de agir da polícia permitiam a perseguição e prisão das travestis, motivadas, na maioria das vezes, pelo preconceito e medo da subversão atribuída a elas. Os assassinatos, alguns retratados pelos jornais alternativos voltados ao público guei, foram cometidos pela própria polícia.

O controle da sociedade, principalmente dos subversivos, começou logo após o golpe de 1964, antes do AI-5. A estruturação de um amplo e complexo sistema de repressão e perseguição a esses dissidentes foi estabelecido logo no AI-1, quando começaram as primeiras

cassações. Mesmo com toda essa estrutura, não existiu apenas um órgão responsável por tudo, pelo contrário,

a estrutura do aparato repressivo foi sendo progressivamente construída a partir de diferentes vértices, conjugando organismos de controle moral preexistentes com outras agências criadas sob inspiração da “doutrina de segurança nacional” do regime. Além disso, o complexo aparato foi se modificando conforme as necessidades conjunturais de cada momento e, assim, assumindo distintas formas institucionais durante os anos da ditadura, a depender dos embates e negociações travados dentro do conjunto das elites civis e militares que capitanearam a edificação do regime autoritário. (QUINALHA, 2018, p. 27).

A ditadura foi ardilosa na implementação e sustentação destes aparatos, moldados e atualizados conforme as necessidades de uso. A polícia militar, civil e federal, o sistema judiciário, os órgãos de censura e de propagandas políticas, a vigilância e a espionagem são alguns órgãos pertencentes ao aparato de repressão e controle.

Essa diversidade de órgãos e suas buscas por autonomia e poder podem ter resultado no enfraquecimento do aparato estatal da repressão, contribuindo para o surgimento e fortalecimento de grupos e ações de resistência.

A vida privada e o cotidiano dos sujeitos foram objetos da ânsia reguladora e do controle autoritário da ditadura. As vigilâncias realizadas nos sujeitos, principalmente nos suspeitos de subversão focavam não só na vida pública como também na vida privada; o medo da revolução sexual e das atividades sexuais desses sujeitos poderiam caracterizar em sua subversão ou sua inocência.

O homossexual era considerado menos humano e menos respeitável em sua dignidade, o que corroborava à perseguição aos gueis neste período. Músicas, filmes, peças de teatro e pinturas foram vetados pela censura e impedidos de circularem por realizarem “apologia” ao homossexualismo.

Editores e jornalistas dos veículos de imprensa guei foram processados e perseguidos por suas publicações. Celso Curi foi um exemplo desta perseguição, processado e preso pela ditadura por publicar em sua “Coluna do Meio”, do jornal “Última Hora”, Rio de Janeiro, um texto que tratava dos lugares e formas de paquerias gueis. A comissão editorial do Lâmpião da Esquina também recebeu intimação e tiveram que comparecer todos na delegacia prestar depoimento, não sendo presos ou condenados.

A ditadura civil-militar não criou o preconceito e a mentalidade conservadora no Brasil; o que ocorreu foi o aproveitamento destas mentalidades conservadoras para construir o golpe e o governo ditatorial, e o aparato de violência complexo e funcional instaurado pós-golpe auxiliou no processo de perseguição e condenação das diversidades sociais, em suma a sexual.

Alguns apoiadores da ditadura afirmavam que a vida privada não interferia na sociedade e permitiam que os sujeitos realizassem suas práticas sexuais entre quatro paredes; uma afirmação incorreta, visto que a vida privada dos subversivos era espionada, o que também fica controverso quando observamos as prisões e perseguições realizadas em ambientes fechados, como cinemas, boates e bares voltados para o público homoerótico.

Em todos os casos, a repressão ocorria, seja no aspecto público ou privado. O pensamento conservador usou a conjuntura político-social deste período para por em prática seus ideais sociais, uma sociedade heterossexual, moral e de bons costumes.

A partir dos anos de 1970, a flexibilização da repressão e censura permitiram alguns avanços para o movimento guei. Surge o primeiro jornal homossexual do país, o *Lampião da Esquina*, distribuído por bancas em todo o território nacional.

Logo após o lançamento do mesmo, artistas, intelectuais e profissionais liberais formaram um grupo para discutir o descontentamento com a sociedade. Surgiu assim, em 1979, o grupo *Somos*, que realizava muitos de seus debates na Universidade de São Paulo (USP). Com o auxílio do *Lampião* e do *Somos*, o movimento guei cresceu e expandiu para o país.

Ambos realizaram discussões de diversas pautas, como o papel das mulheres, as questões de sexo e a diferença entre ativo/passivo, masculino/afeminados, questões de androgenia e da cultura homossexual, construindo debates para melhorar a vida e respeitar as diversidades dentro do próprio movimento guei.

A ideologia cristã e os pensamentos conservadores a respeito das sexualidades e dos sujeitos, fez com que houvesse uma patologia destes dissidentes, considerados como a desordem social; os gueis e as travestis. Para estes, criou-se um processo de higienização feito através de batidas policiais e ações de censura.

Governos locais apelavam a leis e portarias para restringir atividades artísticas e fechar bares e boates de frequência subversiva. Entretanto, legalmente, buscavam-se outros indícios para incriminar os proprietários na Justiça, como a acusação da presença de menores em processos sumamente arbitrários, sendo crescente a discricionariedade e sistematicidade da repressão a partir do AI-5. (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 364).

Os donos eram perseguidos por permitirem sociabilidade homoafetiva e shows das travestis em seus estabelecimentos, mas os frequentadores e os gueis em geral sofriam as perseguições e eram presos sob as chamadas prisões para averiguação. Também era utilizada a Lei de Vadiagem para justificar as prisões destes sujeitos.

Alguns jornais noticiaram essas ações da polícia como um plano conjunto de perseguição aos homossexuais, principalmente as travestis, as mais presas e condenadas, por conta do trabalho na prostituição e seus corpos e modos característicos.

Para o imaginário conservador deste período as travestis representavam um risco maior para a sociedade, pois pervertiam e influenciavam a juventude a seguir nesse caminho, e realizavam “práticas abomináveis”.

Logo as travestis foram incluídas ao movimento guei e suas lutas acrescentadas às outras; sabemos que tais sujeitos foram de grande importância, pois foram algumas das primeiras a sair dos guetos e ganhar visibilidade social, mesmo que de forma negativa. Estas não só existiam, como também exibiam sua existência, sempre buscando o respeito e a aceitação social.

Voltando a Herbert Daniel, a esquerda só vai iniciar o processo de atualização de suas questões referentes a sexualidade com a ajuda do movimento estudantil, quando o mesmo acrescentará em suas lutas pautas da revolução sexual, e trará o tema para dentro da esquerda.

Herbert Daniel era da liderança da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que, após se unir a uma organização clandestina, passou a reprimir sua sexualidade a partir de 1967.

Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam, como empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária” – ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer minha sexualidade”. (DANIEL, 1982, p. 96).

Nesta época parecia que a única opção oferecida à esquerdistas era abandonar a vida de liberdades sexuais e drogas e focar na revolução. Quando Fernando Gabeira afirmou que apoiava ideias feministas, ambientalistas e o movimento guei, seus companheiros de luta armada o abandonaram.

Herbert Daniel abraçou a luta revolucionária e se entregou nas lutas de sua organização, mas não conseguiu mudar a hegemônica homofóbica dentro do movimento de esquerda. Preferiu a abstinência sexual à se forçar na atividade heterossexual.

Muitos revolucionários com os mesmos desejos e orientação sexual que Herbert, bem como membros das lutas armadas, não tiveram contato com a revolução sexual e a inclusão desta na esquerda – o que só ocorreria no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 –, obrigando-os, portanto, a sacrificar seus desejos em prol da revolução.

O Lâmpião da Esquina e suas contribuições

Houveram vários jornais e revistas com publicações gueis neste período. A diferença do Lâmpião para os demais é sua circulação nacional e o fato de que foi o primeiro jornal feito por

e para homossexuais no Brasil. Um dos exemplos é o jornal *O Snob*, de 1963, editado por Agildo Guimarães e uma das primeiras publicações para homossexuais masculinos no Brasil. Foram realizadas 99 publicações, com um período de duração de 1963-1969, tendo seu fim pós-AI-5.

Em 1976 Celso Curi publicou textos voltados à homossexuais em sua Coluna do Meio, no jornal *Última Hora*. Nestes textos, Curi tratava de homossexuais famosos no Brasil e no mundo, escrevia sobre o estilo de vida guei, paqueras, encontros e falas relacionadas a paqueras e lugares para os homoeróticos frequentarem.

Adiante, no final de 1977, o jornalista e ativista guei Winston Leyland, editor-chefe da revista *Gay Sunshine*, voltada à homossexuais, visitou o país procurando conhecer escritores brasileiros para reunir materiais para a publicação de uma coletânea de literatura homoerótica. Sendo sua passagem comentada em larga escala, ele participou de diversas reuniões com homossexuais brasileiros. Uma das reuniões ocorreu na casa do artista plástico Darcy Penteado, organizada pelo advogado João Antônio Mascarenhas. Nesta ocasião surgiu a ideia de criar um jornal feito por e para homossexuais.

Juntaram-se à equipe o escritor João Silvério Trevisan, o crítico de cinema Jean-Claude Bernadet, o jornalista e escritor Aguinaldo Silva e o antropólogo Peter Fry. Além destes, Adão Costa, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas, juntaram-se em torno desta proposta. Tais sujeitos formaram inicialmente a comissão editorial do jornal, onde Aguinaldo Silva foi o escolhido como editor-chefe. Nascia, assim, o *Lampião da Esquina*.

Em abril de 1978, foi publicado o número zero do jornal, que trazia em sua capa uma reportagem sobre o processo da União contra Celso Curi devido às suas publicações “subversivas”.

O nome do jornal, importante citar, faz referência ao cangaceiro Lampião, em razão de sua valentia e coragem, e à ideia de “iluminar” a mente dos homossexuais à novas concepções, comportamentos e ideias. Como a esquina era palco de alguns gueis, principalmente das travestis, agora eles poderiam contar com alguma luz.

O jornal teve 36 edições, sendo produzido de abril de 1978 a junho de 1981. Possuía reportagens, entrevistas, ensaios, críticas, notícias, seção de cartas dos leitores, colunas de opiniões e humor, dicas de filmes, livros, músicas, peças de teatro e até seção de paquera, onde os leitores enviavam cartas com suas características pessoais e contato, para que os interessados respondessem.

O Lampião foi alvo de várias tentativas de sanções por parte dos militares, boicotes dos donos de bancas, atentados de grupos paramilitares, que explodiam bombas em locais de venda do jornal, e passou por inquéritos policiais, acusados de atentado à moral e bons costumes pelo Ministério da Justiça, sem que jamais houvesse condenações ou processos oficiais.

Logo na primeira publicação da edição zero, intitulada “Saindo do Gueto”, o Lampião deixou claro a que veio:

Mas um jornal homossexual, para quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando – ao “assumir” – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferencia sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos “ademanos” e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1978, Ed. 0, p. 2).

Os editores do jornal deixaram claro o ideal de assumir a homoafetividade, para que os sujeitos saíssem do gueto e pudessem viver com liberdade e ao longo do dia, sem quaisquer medos, coisa que irá influenciar o surgimento do movimento guei brasileiro, a libertação sexual, outrora oprimida ou submetida a atos noturnos para a vivência diária, e ajudará na desconstrução da imagem do homossexual.

A aceitação da homossexualidade, porém, era apenas um dos objetivos procurados pelo jornal; neste primeiro momento, a principal reivindicação era a humanização dos sujeitos gueis, vistos pela sociedade como inferiores, aberrações, seres inumanos. O Lampião pretendia esclarecer dúvidas sobre a homoafetividade, dar voz a experiências, vivências e grupos calados pela Ditadura.

A edição zero mostra ainda um ensaio sobre a arte erótica do Brasil, trazendo o artista e membro da comissão editorial Darcy Penteado como criador da arte homoerótica brasileira, o que contribuiu para a divulgação do seu trabalho, que passou a ser melhor reconhecido pelos gueis.

Como reportagem principal esta primeira edição traz o caso de Celso Curi, intitulada: “Demissão, Processo, Perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?”, onde relatam de forma detalhada todo o ocorrido com Curi e ainda promovem o apoio à sua libertação e finalização do processo.

Também, junto à reportagem de Celso Curi, é relatada a batida policial no Cinema Iris, no Rio de Janeiro, lugar de encontros gueis e shows de travestis. Na última sessão os policiais militares esperaram à porta até que os sujeitos, enquadráveis para subversão, saíssem para

prendê-los e levá-los à delegacia a fim de realizar pesquisa de identificação. Alguns tentaram se esconder no banheiro ao verem a polícia, mas foram pegos.

Esta primeira edição do *Lampião* foi extremamente política e ativa na questão da homossexualidade e nas novas concepções de ideias, agindo como grande contribuinte para a defesa destes sujeitos perante a sociedade e para a formação do movimento guei, que se formará no ano seguinte com o grupo *Somos*. Percebe-se, também, que esta primeira edição tem um caráter mais sério, descritivo e jornalístico, em contrapartida às próximas edições, em que o jornal atinge um caráter mais satírico.

A segunda edição tratou de noticiar casos de prostituição que viraram crime, como o assassinato de um michê e outro de um cliente que não pagou pelo programa, demonstração da noite na cidade do Rio de Janeiro em plena ditadura.

Essa edição enfatizou o assunto “cinema”, tratando de diretores e filmes cujo pano de fundo eram os homossexuais. Na sessão “Cartas na Mesa”, endereçada para a publicação das cartas enviadas pelos leitores, encontramos uma em que um leitor afirma o risco de assumir-se em público e aconselha que ninguém deveria fazê-lo. A grande maioria, porém, apoia o jornal e seus ideais, incentivando novas edições.

O interessante sobre o “Cartas na Mesa” é a diversidade de publicações; vão de paqueras, elogios às publicações e notícias sobre a perseguição de gueis em outros lugares do país, até pedidos de empregos de e para homossexuais assumidos, que dificilmente conseguiam encontrar trabalho na sociedade em geral, tendo de procurar entre os seus.

A sessão de entrevistas foi bem destacada pelos historiadores devido às diversas entrevistas com ativistas do movimento guei e outros movimentos sociais, como a entrevista com Fernando Gabeira, Luiz Inácio da Silva (Lula), Ney Matogrosso, Clodovil Fernandez e Cassandra Rios.

Encontram-se, ademais, publicações de humor, como o “Bixórdia”, sessão voltada somente à piadas e brincadeiras, e histórias em quadrinhos com super-heróis gueis, poemas, poesias, contos e trechos de livros homoeróticos, bem como filmes, músicas e ensaios fotográficos nus, todos dentro do universo homossexual.

O *Lampião* publicou uma edição extra a cada ano de circulação, ou seja, três edições extras, onde foram publicadas as reportagens, entrevistas e matérias mais comentadas pelos leitores.

Outrossim, existem publicações de outros movimentos sociais dentro do *Lampião*, como o movimento negro, feminista, ambiental e de esquerda, assim como assuntos em torno de machismo, feminismo, violência sexual, educação, saúde, nazifascismo e assuntos

conservadores inseridos ao longo das edições do jornal, atitudes que demonstram a veia ativista e política da comissão editorial, com intuito de promover e fomentar o debate na sociedade.

O Lampião reportou, ao longo das edições, diversas notícias do mundo homossexual, como o fechamento de uma “zona” – casa de prostituição – no Rio de Janeiro, onde viviam travestis e eram realizados programas. A polícia fechou o local e a justiça desapropriou a residência e decretou a sua demolição, tudo retratado pelo jornal. Outra demonstração da perseguição policial às travestis foi o atentado policial do carnaval do Rio de Janeiro, em 1980, onde policiais agrediram, torturaram e mataram travestis e homossexuais que comemoravam em um bar local.

Outra edição do jornal que deixou claro suas intenções para com os gueis brasileiros, foi a edição de número 13, de junho de 1979, que traz em sua capa o título: “A Matança dos homossexuais”. Onde abordam sobre um grupo “especializado” em matar homossexuais, com localização em São Paulo e no Rio de Janeiro, e fazem um alertam sobre os perigos de andar nas ruas sozinho a noite. Além disso, possui um ensaio falando da moral e bons costumes e como essa ideia utilizada pela Ditadura e pela sociedade podem influenciar nas ações sociais, e contribuir para o preconceito e segregação dos gueis brasileiros. A edição de número 25, de junho de 1980, trouxe na capa a volta do “Esquadrão Mata Bichas”, um grupo de perseguidores e assassinos de gueis. Retratam o assassinato de três homossexuais que foram vítimas deste grupo, denunciando a violência cometida contra esses sujeitos minoritários. O que percebemos com essas duas edições são as denúncias que o Lampião realizava contra a criminalidade e violência que eram cometidas pela sociedade e Ditadura aos homossexuais. Mas a edição de janeiro de 1980, já anunciou em sua capa o título de “Esquadrão Mata Bichas”, referenciando os frequentes casos de linchamento de gueis em diversas cidades brasileiras, denunciadas pelos homossexuais através das cartas enviadas ao jornal. E a utilização da religião para justificar esses atos de violência, e a posição da CNBB sobre os casos. A frase utilizada no texto foi de: “Entre a Igreja inflexível e vingadora do cardeal, e aquela que fala dos oprimidos, ficamos com esta”, afim de debater sobre o papel da Igreja no agravamento ou diminuição da violência contra as diferenças sociais, e a formação de grupos dentro das próprias igrejas com intuito de realizar violência contra os homossexuais brasileiros. No que o Lampião diz ser uma inflexão e excesso de rigor no modo de vida e de agir da população. Utilizando frases do Papa João Paulo II e de outros líderes de igreja que pregam o amor ao próximo, rebatiam as posições dos opositores.

O Lampião de maio de 1980, trouxe em sua capa o título da reportagem especial sobre “Querem matar os travestis”, onde desenvolveram um debate sobre a família tradicional e seus pedidos de morte dos travestis. Além de ironizar sobre os maridos e pais destas famílias como

os principais clientes das travestis, e toda a hipocrisia social que existe nessa dicotomia do ódio e o fim da família tradicional e dos consumidores dos serviços sexuais das travestis de programa. Na mesma edição, também trouxeram a denúncia do assassinato de travestis e homossexuais em um bar pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os sujeitos estariam comemorando o carnaval nesse bar durante o dia, e a Polícia Militar havia parado ali em frente e disparado armas de fogo contra os frequentadores do bar, matando todos. Segundo a notícia, a polícia haveria recebido denúncias contra estes sujeitos e foi verificar, quando os sujeitos revidaram a investigação e os policiais haveriam atirado contra eles para autodefesa, mas segundo testemunhas que falaram com o jornal, a polícia chegou atirando nos presentes, sem nenhum contato ou motivação.

O Lâmpião de setembro de 1979, realizou uma reportagem e entrevista com os membros do grupo Somos, retratando sobre a união e o início da organização dos homossexuais brasileiros. Incentivando a participação no grupo e valorizando sua importância social. Como os editores escreveram na publicação: “Você nada tem a perder, além da vergonha. Levante-se e saia desses cantos escuros cheios de mentiras. Deixe a noite para trás”. Com essa frase, estavam procurando juntar mais homossexuais ao grupo Somos, que iniciou seus trabalhos com discussões sobre sexualidade dentro das universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e trataram de temas como racismo, feminismo e machismo, não apenas da sexualidade, embora seja seu foco maior. Na entrevista, o jornal conversou com os fundadores do grupo, focando no objetivo do grupo e suas atuações e ideias.

O Lâmpião tratou de outros movimentos sociais em suas publicações, o que demonstra a evolução do movimento guei com os outros movimentos sociais. Na edição de julho de 1979, o jornal realizou publicações especiais sobre a classe operária e o movimento sindicalista brasileiro, com entrevista de Luiz Inácio da Silva, o “Lula”, como ficou conhecido nacionalmente. Nessa entrevista, além das informações sobre o sindicalismo, Lula falou da homofobia dentro do movimento operário, e suas opiniões favoráveis às minorias sociais e principalmente a união de todas as classes sociais para derrubar o governo Ditatorial. O movimento negro também recebeu uma edição do jornal para tratar desse assunto, o Lâmpião tratou do movimento negro e suas lutas, focando principalmente nos homossexuais negros, onde trataram sobre questões de relacionamento e dificuldades de encontrar emprego. E realizaram uma entrevista com Abdias Nascimento, ativista e um dos líderes do movimento negro no Rio de Janeiro, onde conversou sobre democracia racial, Ditadura, minorias sociais e o governo dos brancos para com os negros e suas políticas raciais.

Outro assunto que recebeu diversas publicações do Lâmpião foi o movimento feminista e a violência contra a mulher. Na edição de abril de 1979, o jornal abordou os temas de lesbianismo, machismo, aborto e políticas das mulheres, defendendo as causas feministas, o aborto e ações do Estado brasileiro em relação as políticas das mulheres, cobrando maiores atitudes do governo para com as mulheres. Já a edição de outubro de 1979, o Lâmpião abordou o tema sobre assassinato das mulheres, não só por parte da Ditadura, mas pela sociedade e feminicídio. Além de criticar a falta de legislações que protejam as mulheres. Foi abordado sobre dois assassinatos brutais de mulheres, cujos corpos foram escondidos em bueiros. O movimento feminista recebeu espaço no jornal para expandir suas ideias na sociedade guei e unir o movimento feminista com o movimento guei, afim de contribuir com as lésbicas que estavam sentindo pouco espaço no movimento guei para propagar suas ideias e estilo de vida.

O jornal, em suma, vai muito além da vida e cotidiano dos homossexuais para abranger a sociedade como um todo, unindo as minorias sociais e as chamando para a formação de uma sociedade crítica e ativa.

Considerações finais

Percebe-se, ao longo deste texto, como a sociedade e o governo ditatorial agia para com os gueis e as consequências disso para com os sujeitos, consequências estas perceptíveis ao estudar o movimento social guei – que viria a se formar tardiamente, se comparado a outros movimentos sociais; um movimento que começa dividido e tímido, onde alguns preferiam continuar escondidos nos guetos do que sair deles e lutar perante a sociedade.

Não cabe, é claro, julgar aqui os sujeitos que fizeram tal escolha, pois todos possuem seus motivos e próprio tempo para amadurecimento e consciência pessoal, mas temos certeza de que as conquistas vieram daqueles que saíram do gueto e foram lutar por direitos e melhorias na qualidade de vida, contribuindo e incentivando outras lutas de outrem e dos dias atuais.

O Lâmpião da Esquina possuiu grande influência na formação do movimento guei ao divulgar suas opiniões em um jornal de circulação nacional. Os editores contribuíram para o debate destas ideias em âmbito nacional, colaborando para a formação do primeiro grupo, o Somos, que realizava as discussões na universidade e sociedade guei.

A sessão de cartas dos leitores auxiliou na construção do contexto nacional referente aos homossexuais, ao detalhar a perseguição da ditadura para com eles, muitas vezes em lugares pouco conhecidos, por questões de distância e pouco ou nada de alcance midiático, menos ainda através de mídias alternativas.

A discussão sobre ativo/passivo foi também de grande importância, ainda que este assunto seja discutido até hoje. Para muitos o passivo é um ser inferiorizado e feminizado, discurso este machista e homofóbico pois prejudica muitos gueis, que escondem seus desejos sexuais.

Machismo e feminismo são outras questões que ainda repercutem nos âmbitos sociais de hoje, como outros diversos assuntos discutidos desde os anos de 1970, ainda recorrentes nos dias atuais, indicação da dificuldade de se quebrar tabus e preconceitos sociais e alcançar melhorias sociais.

Enfim, o trabalho teve o objetivo de demonstrar um pouco do que vem sendo desenvolvido em relação a este tema. Muitas discussões e fontes estão em fase inicial da pesquisa, o que talvez deixe o leitor com algumas questões e curiosidades, que tentarei resolver futuramente com outros trabalhos.

O Lampion da Esquina não só retratou a vida dos homossexuais brasileiros, mas também auxiliou no nascimento e expansão do movimento guei. Não é à toa que os editores do jornal são ativistas do movimento e ingressaram na formação do movimento e de vários outros grupos.

Bibliografias Utilizadas

ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Intrínseca, 2019.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, James; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº zero, abril de 1978.

_____. Edição nº 1, Ano 1, maio - junho de 1978.

_____. Edição nº 13, Ano 2, junho de 1979.

_____. Edição nº 25, Ano 3, junho de 1980.

_____. Edição nº 24, Ano 3, maio de 1980.

_____. Edição nº 20, Ano 2, janeiro de 1980.

_____. Edição nº 16, Ano 2, setembro de 1979.

_____. Edição nº 14, Ano 2, julho de 1979.

_____. Edição nº 14, Ano 2, agosto de 1979.

_____. Edição nº 11, Ano 1, abril de 1979.

_____. Edição nº 17, Ano 2, outubro de 1979.